Passo a explicar e desenvolver o questionamento que ora formulo:

O artigo 135, I do Regimento Interno vai assim redigido:

"Artigo 135 – Não se admitirão proposições:

I- Manifestamente inconstitucionais"

Veja-se, ainda, outras disposições regimentais:

O regimento trata como os projetos de lei, que é justamente o caso do PL 1.501/2023, que é manifestamente inconstitucional.

Sobre o papel de V. Exa., nesta questão, para que não reste qualquer dúvida, há que se invocar o artigo 18, II "b" do mesmo regimento interno da ALESP.

"Artigo 18 – São atribuições do Presidente, além de outras expressas neste Regimento, ou que decorram da natureza de suas funções ou prerrogativas:

(...)

II – quanto às proposições:

(...)

b) deixar de aceitar qualquer proposição, denúncia ou representação que não atenda às exigências regimentais ou constitucionais, cabendo recurso à Comissão de Constituição, Justiça e Redação;"

É então nítido, que o primeiro juízo de admissibilidade das proposituras cabe à V. Exa., Sr. Presidente, que deve recusar qualquer uma que seja inconstitucional, como é, justamente, o PL 1.501/2023, que fere de morte as Constituições Federal e do Estado de São Paulo, além de afrontar Leis Federais, porque a propositura ataca de morte o princípio constitucional do bem-estar social.

A constitucionalidade da propositura tem que ser verificada quando de sua apresentação à Casa Legislativa, a uma, porque isso é óbvio demais para haver necessidade de ser comentado. O próprio regimento estabelece que V. Exa., Sr. Presidente, tem que deixar de aceitar (ou seja, não pode permitir o trâmite) qualquer propositura inconstitucional.

V. Exa., Sr. Presidente, está permitindo que PL 1.501/2023 tramite normalmente na ALESP, ainda que seja flagrantemente inconstitucional, e que fira ditame sagrado, que é o de que ao Estado, ao legislar, tem que observar o princípio do bem-estar social, matéria constitucional.

Os princípios e objetivos constitucionais brasileiros se estabelecem na realização da justiça social e do desenvolvimento, este compreendido sob uma perspectiva social de proteção à pessoa humana.

Dessa forma, o Estado de São Paulo, diz apresentar programa que melhor fará gestão da questão do saneamento em nosso estado, o que, evidentemente piora o estado de bem-estar social, dado o fato de que o olhar mercantil, certamente, não é o mesmo do olhar público para essa mesma questão.

A doutrina democrática do Estado de Bem-Estar Social não se satisfaz com abstrações, Excelência!

Não podemos retroagir a um comportamento humano voltado à satisfação pessoal em detrimento à satisfação e construção de um bem-estar social, que é o desejo expresso na Constituição Paulista.

Dessa forma, resta cristalino o descompasso entre o PL 1.501/2023 em relação às regras constitucionais e infraconstitucionais que deveria obedecer.

Face a tudo o que se narrou, considerando que a tramitação do PL 1.501/2023 está se dando com franca inobservância do artigo 135, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com base nos artigos 260 e seguintes do mesmo diploma legal, suscito a presente Questão de Ordem, indagando a Vossa Excelência sobre a necessidade da aplicação do dispositivo regimental contido no artigo 18, II, "b", com a suspensão do trâmite da propositura sobre a qual se deita a presente questão de ordem, para garantir que não seja nulo todo o esforço da Assembleia até o momento, porque a lei que advier do PL 1.501/2023, na improvável hipótese de ser aprovada, será no todo inconstitucional, porque em sua gênese não observou o regimento da casa.

Sala das Sessões,

Deputada Beth Sahão

* * *

6 DE DEZEMBRO DE 2023
151ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - GILMACI SANTOS
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - SIMÃO PEDRO
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Solicita à plateia comportamento regimental.
9 - SIMÃO PEDRO
Para comunicação, faz pronunciamento.
10 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Responde ao pronunciamento do deputado Simão Pedro. Informa que tomará medidas para garantir a ordem na sessão.
11 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS
Para comunicação, faz pronunciamento.
12 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
13 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Rebate o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi. Informa que prezará pela ordem na condução dos trabalhos.
14 - PAULO FIORILO
Por inscrição, faz pronunciamento.
15 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Responde ao pronunciamento do deputado Paulo Fiorilo. Pede que haja respeito do público aos deputados, durante suas falas na tribuna.
16 - PAULO FIORILO
Para comunicação, faz pronunciamento.
17 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Tece considerações sobre o comportamento antirregimental do público presente nas galerias desta Casa.
18 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Por inscrição, faz pronunciamento.
19 - MÁRCIA LIA
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
20 - SIMÃO PEDRO
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
21 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 07/12, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 17 horas e 30 minutos. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Entramos no Pequeno Expediente e convidamos para fazer uso da palavra o nobre deputado Sebastião Santos. Não fará uso da palavra. Deputado Luiz Claudio Marcolino, no Pequeno Expediente.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa, ontem nós vimos aqui uma situação muito ruim para o Parlamento paulista.

A gente presenciou, como já tinha dito anteriormente, o governador jogando a responsabilidade da venda de um patrimônio público para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Comentei inclusive no dia de ontem que muitos dos nossos deputados que serão candidatos a prefeitos no ano que vem terão que enfrentar essa discussão nos municípios.

Porque além do governador encaminhar um projeto para privatização da Sabesp aqui do estado de São Paulo, os municípios terão que aprovar nas câmaras municipais. Como a concessão hoje legal, constitucional, é dos municípios, terão que ser aprovados nas câmaras municipais das 375 cidades a partir do começo do ano que vem. Inclusive muitas câmaras municipais já devem entrar em recesso nos próximos dias.

Então vão enfrentar no ano de 2024, no ano eleitoral. Esse debate acontecerá nas câmaras municipais e o governador joga a responsabilidade agora para os prefeitos e vereadores. E ontem nós puxamos aqui dos partidos que foram favoráveis à privatização da Sabesp, que ontem começou o debate; primeiro, já aprovou a conclusão da discussão.

Hoje vai estar sendo debatido o projeto, as emendas e hoje com certeza o governador Tarcísio vai concluir seu projeto de vender a empresa mais importante que nós temos no estado de São Paulo.

E votaram favoravelmente, já caminhando para a privatização, deputados majoritariamente aqui do PSDB, deputados e deputadas do MDB, deputados e deputadas do PL, deputados e deputadas do Podemos, deputados e deputadas do PSD, deputados e deputadas do Republicanos, deputados e deputadas do União Brasil e do Solidariedade.

Então esses foram os partidos que ontem mais ou menos já estavam caminhando, indicando pela privatização da Sabesp, e foram contrários ao encaminhamento de encerramento de votação.

Com certeza deve ter seguido o mesmo caminho em relação à não privatização da Sabesp, o Partido dos Trabalhadores, o PSOL, o PCdoB, o PV, que está dentro da nossa federação, os companheiros do PSB e o PDT.

Então são os partidos que ontem já se colocaram contrários ao processo de encerramento da discussão, tinham oito deputados ainda para fazer uso da palavra, e mesmo assim houve o encerramento da discussão.

Quero deixar aqui o relatório, que a gente recebe muitas reclamações e denúncias nesse debate que tem acontecido agora, em relação à Sabesp. Então vou ler aqui um e-mail que eu recebi no dia de hoje.

"Sr. Deputado Luiz Claudio Marcolino, venho manifestar minha profunda indignação pelas mentiras ditas pelos deputados da base do governo do estado de São Paulo, em especial as mentiras faladas pelo deputado Guto Zacarias sobre o serviço prestado pela Sabesp em Guarulhos, onde resido, pois de acordo com o portal do Governo de São Paulo, noticiado em 14 de junho de 2023, diz que quando a Sabesp assumiu, em janeiro de 2019, o índice de tratamento de esgoto era de 3%, e hoje está em 10%, como disse o deputado no dia de ontem.

Ora, a Sabesp tem 50 anos de vida, e em somente quatro anos subiu em 7% o tratamento de esgoto em Guarulhos, haja vista que a cidade tem 462 anos. A Sabesp também acabou com o rodízio, que entre 2019 e 2023 investiu um vírgula bilhão no saneamento da cidade.

Por isso, venho solicitar, após sua apreciação, para que exponha essa notícia no painel da Alesp, se possível, por desmentir os deputados que ontem apresentaram essa mentira em relação à cidade de Guarulhos."

Temos aqui outros e-mails de que falaremos ao longo do dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Com a palavra a deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Reis. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.)

Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Rogério Santos. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy. (Pausa.) Deputada Andréa Werner. (Pausa.) Deputada Fabiana Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Dr. Elton. (Pausa.)

Deputado Alex Madureira. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Letícia Aguiar. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.)

Passamos para a lista suplementar. Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge Wilson. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputada Edna Macedo. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, público presente na galeria, funcionários desta Casa, público presente, quero divulgar uma importante iniciativa da Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, que é uma frente formada por muitas, dezenas de entidades, quase 80 entidades representativas dos servidores públicos do estado de São Paulo, que lançou o movimento, a Campanha Fora Feder, que se refere logicamente ao secretário Renato Feder, secretário de Educação, dono da Multilaser. Agora mudou de nome, Multilaser é só Multi, a empresa que tem contratos milionários com o governo estadual.

Essa campanha é muito importante porque ela joga luz sobre todas as contradições, todos os ataques feitos por esse secretário contra a Educação do estado de São Paulo. Ele exemplifica aquela frase do grande Darcy Ribeiro, que diz que a educação não é uma crise. Na verdade, a crise da educação não é uma crise, é um projeto, é um projeto das elites econômicas e políticas.

Então ele encarna bem isso. A crise da educação no estado de São Paulo é uma crise deliberada, produzida, fabricada por esse secretário, para desmontar a escola pública. Para desmontar e sucatear ainda mais a Educação pública.

Foi lançado aqui um manifesto, um documento, com 15 pontos, fundamentando todos esses ataques. E nós faremos uma audiência pública no dia 13, na semana que vem, quarta-feira, aqui na Assembleia Legislativa, a pedido da Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, para o lançamento desse movimento aqui na Alesp. Vai ser à noite, às 19 horas, no Franco Montoro.

E o documento é muito importante, porque ele traz uma radiografia de todos esses ataques, o porquê do Fora Feder. Entre tantas denúncias feitas contra esse governo, tem uma que eu queria chamar a atenção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é referente à construção do gabinete do secretário.

Que diz o seguinte, é o ponto 3º aqui desse documento: na sua assessoria - na assessoria direta do secretário Renato Feder -, não há ninguém da Educação. Menos ainda da rede pública.

Então ele fala: tem um auditor federal de finanças, isso no primeiro escalão, lá na diretoria central, no cérebro da Secretaria da Educação. Então o que ele tem lá? Um auditor federal de finanças que não tem nada a ver com a Educação pública; uma secretária executiva, especializada em gestão de negócios. Ela está lá na Secretaria da Educação, essa pessoa, em um cargo importante e estratégico da Seduc.

Uma administradora de empresas, conselheira da EMTU, na Secretaria da Educação. O que essa pessoa entende de Educação, minha gente? É um absurdo. Um advogado especializado em direito empresarial, tributário e ambiental. É ou não é um desmonte? Não é uma crise da Educação, não é por incompetência.

É um projeto deliberado. Como dizia o nosso grande intelectual brasileiro, Darcy Ribeiro, é um projeto de destruição da escola pública, porque não é sério isso daqui. Olhe, só: um auditor fiscal de finanças, uma secretária executiva especializada em gestão de negócios, uma administradora de empresas conselheira da EMTU, um advogado especializado em direito empresarial, tributário e ambiental, são essas pessoas que estão na direção, na coordenação da Seduc, da Secretaria da Educação.

É tudo para não funcionar mesmo, Sr. Presidente. Então todo o nosso apoio a esse movimento do Fora Feder. Não dá, Sr. Presidente. Sem contar todos os outros ataques que ele fez e vem fazendo.

A portaria "vigiar e punir", que obriga diretores e supervisores a fiscalizarem as aulas dos professores; a tentativa de retirar o livro didático, o livro físico, das nossas escolas, que nós impedimos através de uma ação popular do nosso coletivo Educação em Primeiro Lugar; e tantos outros ataques.

A exclusão em massa, que eu vou falar daqui a pouco, de professores da categoria "O"; a exclusão, a eliminação em massa, de pessoas que prestaram concurso, professores do último concurso, na videoaula, Sr. Presidente. Então são tantos os ataques, que esse secretário tem que sair da Secretaria. É por isso que nós defendemos o Fora Feder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado. Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino, na Lista Suplementar. Aliás, desculpe, eu ia chamar antes o Alex Madureira, mas ele não está presente. Deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Nosso Sr. Presidente, já anunciei aqui os partidos que estão caminhando pela aprovação da privatização da Sabesp, mas ainda dá tempo, porque temos aí um debate, a partir das 17 horas e 30 minutos.

Eu queria mostrar um pouquinho da situação do Rio de Janeiro, que hoje a água é privatizada naquela cidade. Machado, poderia colocar aqui umas informações? Isso daqui... Primeiro, assim: no Rio, a Cedae foi privatizada em 2021 e a proposta de privatização foi aprovada, na Alerj, em 2017. Pode passar a próxima.

Não, antes disso, tem um Reclame Aqui. Acho que está do lado, Machado. Eu vou dar uma lida aqui para vocês.

O Reclame Aqui do dia de hoje, 06/12/2023, no Rio de Janeiro. "Mais uma vez venho reclamar dessa péssima empresa. Estou sem água desde sexta-feira, 01/12/2023. Inicialmente havia uma manutenção no sistema. Depois foi a manutenção do Guandu. Agora a questão do vandalismo na rede elétrica que afetou o abastecimento. Nesse processo, vamos para uma semana sem água em pleno mês de dezembro no Rio de Janeiro. Um calor absurdo e nós sem água.

Revoltante ver as ruas próximas a minha com água normalmente. Essas ruas só tiveram seu abastecimento interrompido durante a manutenção do Cedae, que durou um dia. Os demais, uma semana. É revoltante ter que pensar em vender a minha casa para mudar de cidade por causa dessa empresa. Não aguento mais sofrer com tanta falta de água.

Infelizmente, depois de mais de 30 anos morando no mesmo lugar, ter construído a minha casa com tanto esforço, ter agora que buscar outro lugar onde haja água. Revoltante em plena cidade do Rio de Janeiro termos que acumular água de chuva para ter reserva de água para usar na descarga. Ridículo, absurdo. Péssima empresa. Fim da concessão já."

Isso aqui está no Reclame Aqui do Rio de Janeiro, de hoje, dia 06/12/2023. Aqui tem uma foto. Como a gente não pode passar mais vídeo da "Band", da "Globo", tem aqui uma foto, uma imagem, que é uma matéria que saiu na "BandNews" mostrando sobre a questão da água suja que sai hoje nas torneiras na cidade do Rio de Janeiro.

Essa imagem aqui do copo é de um ouvinte de São João do Meriti, mostra água suja saindo da torneira. Queria que passasse o vídeo agora, Machado. Do mesmo jeito que tem essa matéria da "BandNews", tem um vídeo mostrando aqui uma moradora da cidade do Rio de Janeiro, Maria Nazaré, como fica a água.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Então essa é a água que sai agora no Rio de Janeiro pós privatização da empresa de água no estado do Rio de Janeiro. Pode passar a próxima lâmina. Aqui também. "Moradores da Gávea e do Jardim Botânico se queixam de água suja nas torneiras em casa.

Em alguns pontos, a água está barrenta e em outros tem aspecto leitoso. Equipes da Águas do Rio estiveram na região e não encontraram problemas na rede. Após um ano, o Rio de Janeiro volta a ter água com gosto alterado e falha em abastecimento."

Pode passar a próxima. Aqui, para finalizar, o governo fala que vai reduzir a questão da tarifa da água. Tem uma comparação aqui. Em São Paulo, hoje, na Sabesp, com a empresa de capital misto, com controle público: 22,38.

Na empresa privatizada no Rio de Janeiro, a tarifa social é de R$45,30, demonstrando que depois da privatização a tarifa de água, para as pessoas físicas e jurídicas, e as tarifas sociais aumentaram no Rio de Janeiro.

Às 17 horas e 30 minutos começa o debate aqui na Assembleia Legislativa de votação do projeto. Ainda dá tempo dos deputados da base do governo, que ontem apontaram o término da discussão, possam ainda mudar o seu voto e votar contrariamente à privatização da Sabesp.

Caso contrário, nós estamos vendo no Rio de Janeiro o que pode acontecer no estado de São Paulo com a venda, com a entrega do patrimônio público, porque a Sabesp é tão importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Com a palavra o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Gilmaci Santos, deputado Marcolino; quero saudar aqui os estudantes, professores, trabalhadores da Sabesp, presentes na galeria, presentes na Assembleia Legislativa, nos corredores, aqui na frente, para fazer a luta contra a privatização da água, a privatização da Sabesp. A presença de vocês é muito importante.

E já faço um apelo às pessoas que estão assistindo à programação da TV Alesp, para que venham também engrossar o caldo aqui da resistência.

Entrem em contato com os deputados da base do governo para convencê-los a votar contrariamente a esse crime de lesa estado de São Paulo, que vai prejudicar todo o nosso estado na questão da água, na questão do saneamento básico.

Porque nós sabemos, minha gente, que onde há privatização há piora dos serviços, aumento das tarifas e, no caso da água, vai faltar água, vai faltar água no estado de São Paulo. Mas nós vamos hoje debater exaustivamente esse assunto quando chegar a hora do encaminhamento desse projeto de lei, que será feito a partir das 17:30.

Mas eu quero aqui, Sr. Presidente, vim à tribuna agora para denunciar mais uma vez o que vem acontecendo na rede estadual de ensino. Eu me refiro aqui ao anúncio da Secretaria Estadual de Educação que vai demitir milhares e milhares de professores categoria "O", admitidos nos anos de 2018, 2019 e 2020. Vai ser a maior demissão em massa do funcionalismo público do Brasil, talvez da América Latina. E vai ocorrer agora, exatamente no dia 31 de dezembro.

Mas, além dessa exclusão em massa de professores categoria "O", admitidos pela famigerada Lei 1093, de 2009, nós estamos também assistindo, ao mesmo tempo, uma exclusão em massa, através de um dispositivo exigido no concurso público, chamado videoaula, para os professores se efetivarem.

E esse dispositivo eliminou milhares e milhares de já professores que lecionam na rede estadual há muitos anos, professores com mestrado, com doutorado, professores que são extremamente bem avaliados.

Inclusive nas escolas PEI esses professores foram eliminados em massa também, por conta desse critério utilizado pela Vunesp, que nós fomos contra desde o início e continuamos sendo contra. Esse critério tinha que ser eliminado desde o início.

Então, nós temos dois processos de exclusão em massa. A exclusão em massa de professores categoria "O" de um lado e, do outro lado, a exclusão em massa do concurso público de professores extremamente preparados, com experiência, com formação em serviço, Sr. Presidente. É um absurdo o que a Secretaria da Educação está fazendo. Ela está desmontando todo o quadro pedagógico da rede estadual.

E, com isso, haverá um prejuízo jamais visto aos professores e professoras, que ficarão desempregados e desempregadas, mas também aos alunos, porque é um desmonte do processo pedagógico. Haverá um colapso na rede estadual em todas as regiões, em todas as diretorias de ensino do estado de São Paulo.

Os alunos vão sofrer. Os alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, porque eles não terão mais esses professores quando forem iniciadas as aulas de 2024, no dia 15 de fevereiro. Serão outros professores, haverá uma quebra do vínculo pedagógico, do vínculo com a comunidade escolar.

Eu já acionei o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Contas, para impedir esse ataque, esse desmonte da educação e essa demissão em massa, e essa exclusão em massa também do concurso público por conta da famigerada falta/aula. E a situação é tão grave que não tem como segurar mais.

Hoje mesmo a Rede Globo fez uma matéria falando exatamente isso, que nós já estamos denunciando há um bom tempo. A exclusão em massa, a maior demissão em massa do estado de São Paulo vai acontecer no dia 31 de dezembro, caso nada seja feito. Espero que o Ministério Público tome algum tipo de providência para impedir esse massacre pedagógico, educacional e contra o Magistério estadual.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Com a palavra o deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente desta sessão, nobre deputado Gilmaci, deputado Giannazi, público que nos acompanha aqui nas galerias e também pela TV Assembleia, pelas redes sociais.

Sr. Presidente, eu hoje tive a oportunidade de falar com a TV Alesp sobre o problema grave da crise habitacional que a gente vive, que explodiu nos últimos anos e que afeta muito a população mais pobre e a população dos grandes centros urbanos, principalmente uma cidade como São Paulo, as cidades da Grande São Paulo.

Nós temos um déficit habitacional de sete milhões de moradias e esse déficit atinge 90% das famílias mais pobres, de baixa renda, nos grandes centros. Sr. Presidente, eu tenho andado bastante pelo Interior de São Paulo.

Neste mandato de 15 de março para cá, eu já estive, tirando a Capital, em 59 municípios, andando, agradecendo o apoio, recebendo demanda, participando de algum evento, e eu percebi que esse problema também explodiu no Interior.

Outro dia, na cidade de Avanhandava, por exemplo, uma cidade pequena, de seis mil habitantes, havia um grupo de 300 famílias ali pedindo ao prefeito para que se tenha uma política.

O governo federal lançou o programa "Minha Casa, Minha Vida", relançou, aliás, renovado, além de proporcionar a construção de novas moradias em parceria com municípios, com o setor privado, também com várias modalidades, na área de regularização fundiária, moradia de lotes urbanizados, moradias rurais.

Só para São Paulo, este ano, foram contempladas 21 mil moradias, fora o que vai ser anunciado este mês de dezembro ainda em relação ao programa "Minha Casa, Minha Vida" com as entidades. Virão mais milhares de moradias para São Paulo.

Mas o problema é que os despejos estão explodindo também, Sr. Presidente. Semana passada nós tivemos um despejo de centenas de famílias do município de Ubatuba, famílias que ocupavam o Morro do Fórum. A prefeitura, instada pelo Ministério Público, por outras instituições, a tirar as famílias que, em tese, estão morando em área de risco.

Agora, em São Sebastião, que foi palco daquela tragédia do último carnaval, em que o desastre ambiental, com as fortes chuvas, acabou soterrando dezenas de casas, matando centenas de famílias, há um processo de reintegração de posse contra centenas de famílias.

Em Campinas, nós conseguimos, com o apoio da Defensoria Pública, segurar um despejo de um prédio que estava abandonado há mais de 20 anos, um prédio no Centro, ocupado por um grupo de 27 famílias que se organizaram em uma entidade, se vinculando à Central de Movimentos Populares, mas o Judiciário determinou que elas sejam despejadas. Nós conseguimos segurar, trazer aqui para uma análise melhor do Judiciário.

A ocupação Adelaide, em Hortolândia, também está com a reintegração determinada. Era para ser este mês, nós conseguimos jogar para o mês que vem. Ou seja, nós precisamos de duas coisas, uma sensibilidade do Judiciário, que só olha para um direito, que é o direito à propriedade, sem olhar se aquela propriedade, o proprietário deve para a prefeitura, ou se o terreno ou o prédio não cumpre a função social, estava abandonado. É o caso, por exemplo, desse prédio de Campinas e também de Hortolândia.

E também sensibilizar o governador do Estado. A CDHU quase foi extinta ou privatizada pela gestão Doria, mas agora ela só pensa em fazer projetos na área de projetos público-privados, parcerias público-privadas.

Então, esse tipo de projeto não atinge a população de baixa renda, que às vezes não tem os 40 mil reais para dar de entrada, não tem a renda comprovada suficiente para arcar com as prestações e fazer o financiamento.

Então, nós precisamos de subsídios do Governo do Estado, junto com as prefeituras, que podem oferecer terreno, para a gente produzir muito mais habitação, e principalmente para essa faixa, a maioria da população, que é a população de baixa renda.

Não adianta o governo se esconder achando que ou é o problema federal ou é o problema lá do prefeito ou da prefeita, que às vezes arca com o desgaste de ter que fazer o despejo junto com a Polícia Militar, junto com o Judiciário.

E o governo não oferece alternativa, não oferece um apoio ali para o município, para atender a essas famílias. Então, faço um apelo aqui à Secretaria de Habitação, ao governador, que olhem para as famílias, para essas situações em que, principalmente, tem ações de despejos já determinadas. E quem sabe o Judiciário possa rever essas autorizações para despejo, porque a situação é grave, a situação social é muito grande. E precisa da sensibilidade de todos nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Com a palavra, o deputado Agente Federal Danilo Balas.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caros Srs. Deputados presentes aqui no plenário, presidente no momento, Gilmaci Santos, e todos os que estão presentes nos visitando mais uma vez. Um dia muito importante para o governo do estado de São Paulo, para o estado e para a população de mais de 45 milhões de habitantes.

Primeiro, parabenizar todas as ações do governador Tarcísio de Freitas. Em especial, nós tivemos a divulgação de mais